



**CÂMARA MUNICIPAL DE CANGUÇU
ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL**

ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA PARA DEBATER SOBRE OS APOSENTADOS, ESPECIALMENTE ACERCA DE COBRANÇAS DE EMPRÉSTIMOS CONSIGNADOS NÃO SOLICITADOS, DIFICULDADES PARA TRANSFERÊNCIA DO RECEBIMENTO DO BENEFÍCIO PARA OUTRAS INSTITUIÇÕES BANCÁRIAS E DEMAIS TRANSTORNOS ENFRENTADOS PELOS BENEFICIÁRIOS NO MUNICÍPIO, NO DIA 22/04/2026.

Aos vinte e dois dias do mês de abril do ano de dois mil e vinte e seis, às quatorze horas e quinze minutos, na Sala de Sessões Joaquim de Deus Nunes, Plenário da Câmara Municipal de Vereadores de Canguçu/RS, realizou-se Audiência Pública para tratar sobre os aposentados, especialmente acerca de cobranças de empréstimos consignados não solicitados, dificuldades para transferência do recebimento do benefício para outras instituições bancárias e demais transtornos enfrentados pelos beneficiários no município, conforme Edital nº 005/2026, de iniciativa da Comissão de Constituição, Justiça, Cidadania, Direitos Humanos e Redação Final (CCJ), tendo como proponente o Vereador Ritiéli de Lima Sampaio. A audiência foi aberta pelo Presidente da CCJ, Vereador Jardel Oliveira, que saudou os presentes, registrou a presença de autoridades e vereadores, leu o edital de convocação e, conforme praxe, passou a presidência dos trabalhos ao vereador proponente. Assumindo a condução, o Vereador Ritiéli de Lima Sampaio cumprimentou os presentes, agradeceu à Presidência da Casa pela realização da audiência, destacou a presença dos vereadores, das entidades e do público, ressaltando a expressiva participação popular. Compuseram a mesa o Vereador Ritiéli de Lima Sampaio, que presidiu os trabalhos, Miguel Lessa, Presidente da OAB de Canguçu, Cássio Mota, assessor do Deputado Federal Afonso Hamm, e os vereadores Jardel Oliveira e Paulo Bauer. Também se registrou a presença no plenário do Presidente do Legislativo, Carlos Eduardo Domingues Martins, da Vereadora Maica Tainara e dos vereadores Darci Ropke, Diego Wolter e Mauro Silveira, além de demais participantes e representantes da comunidade. Em sua manifestação inicial, o proponente destacou que a pauta vem sendo levantada desde o ano anterior, diante do crescente número de reclamações envolvendo aposentados, pensionistas e demais beneficiários do INSS, que estariam enfrentando descontos indevidos, empréstimos não solicitados, dificuldades para obtenção de informações e entraves na transferência de benefícios entre instituições bancárias. Ressaltou que muitos casos chegaram ao seu gabinete ao longo de 2025, evidenciando situação de vulnerabilidade e desamparo dos beneficiários, o que motivou a mobilização do Legislativo, inclusive com a criação de frente parlamentar em defesa dos aposentados, pensionistas e idosos. O vereador enfatizou a gravidade das denúncias, relatando situações de descontos desconhecidos, contratações de crédito sem consentimento, cobranças de seguros e cartões não solicitados, além de empréstimos realizados acima da margem legal. Destacou ainda a dificuldade de acesso à informação, especialmente por parte de idosos e moradores do interior, que encontram obstáculos no atendimento presencial e são direcionados a aplicativos, sem o devido suporte. Também apontou problemas recorrentes na portabilidade de benefícios, com transferências que não se concretizam ou são revertidas sem autorização do

DOE SANGUE, DOE ÓRGÃOS, SALVE UMA VIDA.



CÂMARA MUNICIPAL DE CANGUÇU
ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL

beneficiário. Durante sua fala, o proponente mencionou que grande parte das reclamações estaria relacionada a uma instituição bancária específica atuante no município, destacando o alto número de pessoas atingidas. Citou casos concretos, inclusive de munícipes que teriam ficado sem recursos básicos após descontos indevidos, evidenciando o impacto social da situação. Relatou ainda dificuldades enfrentadas inclusive por vereadores ao buscarem informações junto a instituições financeiras, reforçando a necessidade de providências mais efetivas. O vereador também informou que foram convidados representantes da OAB, Ministério Público, Defensoria Pública, INSS e demais órgãos competentes, ressaltando a importância da atuação conjunta para apuração dos fatos e encaminhamento de soluções. Manifestou a intenção de solicitar investigação mais aprofundada sobre os casos relatados, além da possibilidade de elaboração de abaixo-assinado e outras medidas institucionais. Destacou a importância de orientar os cidadãos a buscarem seus direitos, inclusive por meio de assessoria jurídica, relatando casos em que houve êxito em indenizações após ações judiciais. Informou ainda que seria oportunizada a fala aos presentes, mediante inscrição, e que, na sequência, seriam ouvidos os demais membros da mesa e realizadas leituras de documentos recebidos. Na sequência dos trabalhos, fazendo uso da palavra, o Presidente da OAB de Canguçu, Miguel Lessa, saudou o vereador proponente Ritiéli de Lima Sampaio pela iniciativa, bem como os demais vereadores, autoridades presentes e o público, composto majoritariamente por aposentados e pensionistas. Destacou a relevância do tema, considerando o elevado número de beneficiários no município, estimado em mais de doze mil, o que torna a população local especialmente vulnerável a práticas abusivas por parte de instituições financeiras. Em sua explanação, ressaltou que são recorrentes os casos envolvendo empréstimos consignados e não consignados realizados sem o pleno conhecimento dos beneficiários, além da extrapolação das margens legais e inclusão de encargos indevidos, como seguros e cartões não solicitados. Pontuou que tais situações são frequentemente levadas ao Judiciário, sendo aplicável o Código de Defesa do Consumidor, inclusive com inversão do ônus da prova em favor do consumidor. Informou que, em muitos casos, é possível a restituição dos valores descontados, inclusive em dobro, bem como a indenização por danos morais. Apresentou exemplo concreto de empréstimo com valores aparentemente baixos, mas que, ao final, representam encargos extremamente elevados, evidenciando a prática de juros abusivos e refinanciamentos sucessivos, o que agrava ainda mais a situação dos beneficiários. Salientou que tais práticas configuram, sob o ponto de vista jurídico, verdadeiro confisco. O representante da OAB enfatizou a importância da orientação à população, para que busque assistência jurídica e esteja atenta às condições contratuais, especialmente no momento da contratação. Ressaltou ainda a ausência de órgãos essenciais, como Ministério Público e Polícia Civil, mas sugeriu que, à semelhança de outras iniciativas, sejam levadas as demandas até essas instituições. Como encaminhamento, propôs a formalização de uma notícia-crime, reunindo relatos e documentos dos casos apresentados, a ser protocolada junto à Polícia Civil ou ao Ministério Público, com o objetivo de apurar possíveis ilícitos, como falsidade ideológica e outras irregularidades. Destacou também a importância de acionar o Banco Central, responsável pela fiscalização das instituições financeiras. Finalizou reiterando o compromisso da OAB com a defesa da cidadania

DOE SANGUE, DOE ÓRGÃOS, SALVE UMA VIDA.





CÂMARA MUNICIPAL DE CANGUÇU
ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL

e colocou a entidade à disposição para contribuir com os encaminhamentos. Na sequência, fez uso da palavra o Vereador Paulo Bauer, que cumprimentou os presentes e destacou que diversos vereadores vêm recebendo inúmeras denúncias relacionadas à atuação de instituição bancária no município. Apresentou um breve histórico da referida instituição, mencionando sua origem como correspondente bancário e posterior expansão até tornar-se banco de grande porte, com atuação significativa na gestão de benefícios do INSS em nível nacional. O vereador relatou casos graves, incluindo situações que, segundo ele, podem configurar ilícitos penais, como empréstimos não autorizados e valores que teriam desaparecido das contas de beneficiários. Citou exemplo de munícipe que teria tido quantia expressiva retirada sem consentimento, classificando o fato como possível apropriação indébita. Também relatou episódio pessoal em que, ao buscar informações junto à instituição, teria sido tratado de forma inadequada por funcionário. Destacou ainda que, segundo relatos de terceiros, situações de conflito e reclamações são frequentes no local, evidenciando um cenário preocupante. Mencionou casos envolvendo trabalhadores rurais, especialmente idosos, que enfrentam maiores dificuldades de compreensão e acesso à informação, tornando-se ainda mais vulneráveis. O parlamentar também leu manifestação enviada por representante da Defensoria Pública, justificando sua ausência na audiência em razão de compromissos profissionais, mas destacando que a instituição vem recebendo constantemente demandas dessa natureza e atuando tanto na esfera judicial quanto extrajudicial. Por fim, reforçou a gravidade da situação e a necessidade de aprofundamento das investigações e encaminhamentos institucionais, colocando-se à disposição para contribuir com o debate e com a busca de soluções para os problemas apresentados. Dando prosseguimento, o presidente da audiência ressaltou a importância das manifestações e informou que, com base nas contribuições apresentadas, especialmente pela OAB, será elaborado encaminhamento para formalização de notícia-crime, a partir da ata da audiência e dos relatos colhidos, com o objetivo de buscar a devida apuração dos fatos e a responsabilização, bem como medidas que impeçam a continuidade das irregularidades no município. Dando continuidade, o Vereador Jardel Oliveira, cumprimentou o vereador proponente Ritieli de Lima Sampaio, os demais vereadores, autoridades e o público presente. Em sua fala, destacou a complexidade da situação envolvendo as instituições financeiras, ressaltando que se trata de um problema recorrente e de difícil enfrentamento, especialmente para a população mais vulnerável. O vereador enfatizou a importância da atuação da OAB como parceira nas demandas da comunidade e sugeriu o fortalecimento de um instrumento essencial de proteção ao consumidor: o PROCON. Relatou sua experiência profissional anterior na área, destacando a efetividade do órgão quando estruturado adequadamente, com equipe suficiente para atendimento e resolução administrativa de conflitos. Pontuou que, no município de Canguçu, o PROCON ainda carece de estrutura, contando com número reduzido de servidores, o que limita sua capacidade de atendimento e de atuação mais ágil junto às instituições financeiras. Como encaminhamento, propôs que, a partir da audiência pública, seja elaborado documento conjunto e promovida articulação com o Poder Executivo Municipal para ampliação e fortalecimento do PROCON local, garantindo melhores condições de atendimento à população. Ressaltou que a resolução administrativa dos

DOE SANGUE, DOE ÓRGÃOS, SALVE UMA VIDA.



CÂMARA MUNICIPAL DE CANGUÇU
ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL

conflitos pode ser mais rápida e eficiente, evitando judicializações desnecessárias e proporcionando maior proteção aos consumidores. Finalizou solicitando o apoio de todos os vereadores na construção dessa pauta, destacando tratar-se de uma demanda coletiva, apartidária e de interesse público. Na sequência, fez uso da palavra Cássio Mota, assessor do Deputado Federal Afonso Hamm, que saudou os presentes e destacou a gravidade das situações relatadas durante a audiência. Classificou os fatos como alarmantes, mencionando os diversos relatos de descontos indevidos e irregularidades envolvendo benefícios previdenciários. Endossou a sugestão anteriormente apresentada quanto à formalização de notícia-crime, ressaltando a necessidade de reunir o maior número possível de informações e relatos individuais para subsidiar as investigações. Colocou-se à disposição, por meio do gabinete do deputado, para atuar como interlocutor junto à bancada gaúcha no Congresso Nacional, levando a demanda para discussão em âmbito estadual e federal. Destacou que o problema pode ter dimensão ainda maior em outros municípios e estados, sendo necessária atuação coordenada para apuração dos fatos. Reforçou a importância do encaminhamento das denúncias aos órgãos competentes, como Ministério Público e demais instâncias de controle, colocando-se favorável à continuidade das ações iniciadas na audiência. Fez uso da palavra o Vereador Mauro Silveira, que cumprimentou o vereador proponente, os integrantes da mesa, demais vereadores e o público presente. Em sua manifestação, ressaltou a gravidade das denúncias apresentadas, classificando a situação como um cenário de prejuízos recorrentes à população, especialmente aposentados e beneficiários do INSS. Destacou que, muitas vezes, os casos ganham repercussão na mídia, mas não evidenciam diretamente as pessoas atingidas, sendo a audiência pública um momento importante para dar visibilidade às vítimas. O vereador enfatizou a necessidade de mobilização da comunidade, orientando os presentes a acompanharem atentamente seus extratos bancários, identificando possíveis descontos indevidos. Sugeriu que, em caso de irregularidades, busquem auxílio junto aos vereadores e registrem ocorrências, inclusive por meio de boletins de ocorrência, destacando que o registro formal é fundamental para subsidiar ações futuras e fortalecer a cobrança por providências. Também defendeu o fortalecimento e até a reativação de estruturas de atendimento ao consumidor junto ao Legislativo, bem como o aprimoramento do PROCON no município. Ressaltou que a união entre população, Câmara de Vereadores, OAB e demais instituições é essencial para enfrentar o problema. Por fim, destacou a necessidade de documentação dos casos, inclusive envolvendo dificuldades na portabilidade de benefícios e contratação de serviços não autorizados, reforçando o compromisso do Legislativo em atuar na defesa dos direitos da população. Dando continuidade, fez uso da palavra a Vereadora Maica Tainara, que cumprimentou os colegas vereadores, autoridades presentes e o público que acompanhava presencialmente e pelos meios de comunicação da Câmara. Inicialmente, parabenizou o vereador proponente pela iniciativa, destacando a relevância do debate diante das inúmeras situações graves que vêm afetando a comunidade. Relatou, inclusive, experiência pessoal envolvendo familiares que foram vítimas de empréstimos não autorizados, reforçando a necessidade de união de esforços para construção de encaminhamentos concretos que levem à solução dos problemas apresentados. Na sequência, fez uso da palavra o Presidente da Câmara Municipal, Vereador Carlos Eduardo Domingues

DOE SANGUE, DOE ÓRGÃOS, SALVE UMA VIDA.



CÂMARA MUNICIPAL DE CANGUÇU
ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL

Martins, que saudou os presentes e ressaltou a importância da pauta, destacando que os casos relatados refletem uma realidade preocupante enfrentada por muitos aposentados e pensionistas do município. Mencionou que diversas pessoas já procuraram seu gabinete em situação de desespero, relatando dificuldades financeiras decorrentes de descontos indevidos, muitas vezes comprometendo a subsistência básica. Manifestou solidariedade aos atingidos e reforçou o compromisso do Legislativo em buscar soluções, inclusive por meio do levantamento de dados e formalização de denúncias junto aos órgãos competentes, destacando a relevância da Frente Parlamentar criada para tratar do tema. Dando prosseguimento, fez uso da palavra o Vereador Darci Ropke, que relatou caso concreto atendido em seu gabinete, envolvendo beneficiária que, após quitar um empréstimo, acabou sendo induzida a assinar novo contrato sem pleno conhecimento, resultando em novo desconto em seu benefício. O vereador alertou os presentes quanto aos cuidados na assinatura de documentos e sugeriu que, sempre que possível, os beneficiários busquem transferir seus recebimentos para outras instituições financeiras, evitando intermediações que possam dificultar o controle sobre os valores. Ressaltou a importância de atenção redobrada e orientação para prevenir novas ocorrências. Dando continuidade, fez uso da palavra o Vereador Diego Wolter, que cumprimentou os presentes e destacou a relevância da audiência pública como espaço de escuta e encaminhamento de demandas da população. Ressaltou a parceria da OAB e de outras instituições no apoio às causas do município, bem como a atuação dos gabinetes parlamentares no encaminhamento de casos ao Ministério Público e à Defensoria Pública. Enfatizou que os problemas relatados não são isolados, mas sim recorrentes, envolvendo descontos indevidos, empréstimos não autorizados, venda casada e falta de transparência nas operações financeiras. O vereador destacou ainda que a situação atinge diretamente pessoas que contribuíram durante toda a vida laboral e que hoje dependem exclusivamente de seus benefícios para subsistência, sendo inadmissível que sofram tais prejuízos. Reforçou o compromisso da Câmara Municipal em atuar de forma conjunta na busca de soluções, apoiando a formalização de denúncias e demais encaminhamentos necessários, visando coibir práticas abusivas e garantir o respeito aos direitos dos cidadãos. Dando sequência à audiência, foi aberto o espaço para manifestações da comunidade. O presidente informou que, após as falas populares, o Dr. Miguel faria suas considerações finais e seriam encaminhadas medidas práticas. O primeiro a se manifestar foi o senhor João Cunha. O senhor João Cunha cumprimentou a todos e parabenizou pela iniciativa. Questionou ao presidente da OAB sobre a possibilidade de ingressar com uma ação coletiva reunindo todos os prejudicados do município, destacando que isso poderia centralizar os casos e fortalecer a busca por soluções. Em resposta, o Dr. Miguel explicou que o Ministério Público possui atribuição para atuar em defesa coletiva dos consumidores, podendo inclusive propor ação civil pública. Informou que a sugestão seria incorporada à notícia-crime a ser encaminhada, com pedido para que o Ministério Público apure os fatos e atue em nome dos prejudicados. Na sequência, fez uso da palavra a senhora Daili Wenske, que relatou situação grave envolvendo empréstimos não autorizados. Informou que realizou um empréstimo inicial, posteriormente quitado, porém passou a sofrer descontos contínuos e inesperados. Relatou ainda que novos contratos teriam sido feitos sem seu consentimento, inclusive com uso indevido de seus dados

DOE SANGUE, DOE ÓRGÃOS, SALVE UMA VIDA.



CÂMARA MUNICIPAL DE CANGUÇU
ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL

e assinatura. Disse que nunca recebeu cartões vinculados aos contratos e que atualmente recebe valor reduzido de benefício, sendo insuficiente para sua subsistência, despesas com saúde e auxílio familiar. Também relatou dificuldades para encerrar a conta bancária e afirmou já ter procurado Defensoria Pública e Polícia Civil, sem solução definitiva até o momento. Sua manifestação foi marcada por forte emoção, sendo reconhecida pelos presentes como representativa da situação de diversos aposentados. Em seguida, o vereador Paulo complementou alertando sobre práticas envolvendo biometria e atualização cadastral, que podem ser utilizadas indevidamente para contratação de empréstimos sem autorização dos beneficiários. Dando continuidade, manifestou-se a senhora Rosilda Ferreira, que relatou problemas envolvendo empréstimos com juros elevados, cobranças indevidas e dificuldades em processos judiciais anteriores. Informou ainda dificuldades de compreensão dos documentos e dependência de terceiros para leitura, destacando sua condição de saúde e vulnerabilidade. Posteriormente, fez uso da palavra o senhor Nelson, que relatou que ele e sua esposa possuem empréstimos com parcelas elevadas e prazo prolongado, comprometendo significativamente sua renda. Informou dificuldades para obtenção de informações junto ao banco e afirmou que, apesar de já ter buscado assistência jurídica, ainda não houve solução. Destacou que os descontos impactam diretamente na alimentação e aquisição de medicamentos. Encaminhando-se para o encerramento, o presidente destacou três medidas principais a serem adotadas:

1. Elaboração de notícia-crime coletiva, reunindo os relatos e dados dos participantes para encaminhamento aos órgãos competentes;
2. Articulação para fortalecimento do Procon no município, ampliando o suporte à população;
3. Orientação para que cada prejudicado procure assistência jurídica com documentação completa para análise individual dos casos.

O Dr. Miguel, em sua fala final, ressaltou a importância da audiência e da mobilização coletiva. Destacou a necessidade de orientação contínua à população, especialmente aos mais vulneráveis, e reforçou que muitos casos envolvem fraudes, abusos contratuais e práticas ilegais. Explicou ainda que a atuação das instituições financeiras no crédito consignado ocorre por meio de processos licitatórios, o que gera interesse econômico elevado, mas não justifica irregularidades. Enfatizou que a OAB atuará conjuntamente na elaboração da notícia-crime e no encaminhamento ao Ministério Público, incluindo pedidos de investigação e responsabilização. Ressaltou também a importância da união entre comunidade, Legislativo e instituições para enfrentar os problemas relatados. Na sequência, o vereador Paulo reforçou a necessidade de atenção às responsabilidades institucionais e destacou a gravidade dos fatos apresentados, ressaltando que aposentados não podem ser prejudicados após uma vida de trabalho. Nada mais havendo a tratar, a audiência foi encerrada às dezesseis horas e nove minutos.

DOE SANGUE, DOE ÓRGÃOS, SALVE UMA VIDA.



**CÂMARA MUNICIPAL DE CANGUÇU
ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL**

RITIÉLI LIMA SAMPAIO
Vereador Requerente da Audiência Pública

DOE SANGUE, DOE ÓRGÃOS, SALVE UMA VIDA.





VERIFICAÇÃO DAS ASSINATURAS



Código para verificação: 9D77-5A78-8EC8-CD5F

Este documento foi assinado digitalmente pelos seguintes signatários nas datas indicadas:

- ✓ RITIÉLI LIMA SAMPAIO (CPF 025.XXX.XXX-70) em 28/04/2026 09:52:28 GMT-03:00
Papel: Parte
Emitido por: Sub-Autoridade Certificadora 1Doc (Assinatura 1Doc)

Para verificar a validade das assinaturas, acesse a Central de Verificação por meio do link:

<https://camaracangucu.1doc.com.br/verificacao/9D77-5A78-8EC8-CD5F>